

GÊNERO, RAÇA E CLASSE:

um olhar interseccional sobre a violência simbólica no cotidiano da universidade

Lorena Bezerra *

Resumo

A presente investigação tem como objetivo compreender as representações que três mulheres – membros da chapa Sem Temer – do Diretório Central de Estudantes (DCE) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) têm a respeito das violências simbólicas sofridas ou presenciadas no cotidiano da universidade. Adotou-se o conceito de nó (imbricação de gênero, raça e classe) na esteira dos estudos feministas da interseccionalidade. As três interlocutoras em questão são marcadas pelas posições de “mulher”, de “negra” e de “trabalhadora”. Sob essa perspectiva teórica, a pesquisa foi realizada pela observação participante durante seis meses e uma entrevista. Em suma, percebeu-se que assédios sexuais e morais no ambiente universitário estão atrelados às formas combinadas de racismo e sexismo, dentro do contexto capitalista, bem a “classe” aparece ligada a privações simbólicas e materiais quanto à permanência na universidade.

Palavras - chave: feminismo; interseccionalidade; violência simbólica; mulheres negras.

Abstract

The current research aims at understanding three women's representations about symbolic violences who belongs to slate “Sem Temer” from “Diretório Central de Estudantes” (DCE)/ “Universidade do Estado do Rio Grande do Norte” (UERN) in university's everyday life. Thus, one has adopted the node concept that signifies the complex combination of the categories of gender, race and class under an intersecting feminist standpoint. Such theoretical perspective has been assumed because interlocutors marked by social positions as “women”, “black” and “workers”. Under this theoretical view, participant observation was the method used by the investigator during six months and an interview. Synthetically, one has noticed sexual and moral harassment and all kinds of symbolic devaluation are very much linked in their experiences to the combined forms of racism and sexism within a capitalist frame, as well as the element of the class appears connected to symbolic or material deprivations regarding the permanence in the university.

Key – words: feminism; interseccionality; symbolic violence; black women.

* Mestranda em Antropologia Social (PPGAS) da UFRN.

INTRODUÇÃO

O estudo que se segue pretende compreender as representações que três mulheres negras trabalhadoras (Andreza, Plúvia e Gabriela) têm a respeito do que designam e sentem como violência simbólica no cotidiano da universidade. As três ocupam funções no DCE (Diretório Central de Estudantes) da UERN e são militantes feministas da Marcha Mundial das Mulheres, bem como do Coletivo Kizomba. No decurso da pesquisa, cuja duração foi de seis meses (entre 2017 e 2018), o método empregado foi o da observação participante nos moldes antropológicos, bem como, em fase posterior, entrevista semiestruturada. Dessa forma, a inserção no campo coincidiu com a participação tanto em seus momentos de lazer como nos usos de suas atribuições enquanto representantes dos e das estudantes. Ambos os momentos observados estiveram circunscritos ao ambiente universitário.

Como em suas falas, as dimensões de gênero, raça e classe são as mais recorrentes quando representam as violências vividas ou presenciadas, o enfoque na intersecção entre tais dimensões foi adotado como perspectiva teórica. Dessa forma, vale a pena compreender suas representações a partir do conceito de nó na definição dada pela socióloga Heleith Saffioti (2004), isto é, a imbricação entre Patriarcado, Capitalismo, e Racismo, que engendram as contradições sociais fundamentais de gênero, raça e classe com as suas correspondentes opressões.

Entendo assim que o mundo social é hierarquizado segundo princípios simbólicos de hierarquização não apenas próprios às lógicas internas de seus respectivos campos sociais (BOURDIEU, 1989, 2002, 2015), mas também as três contradições fundamentais, quais sejam: de raça/etnia, gênero e classe. (SAFFIOTI, 1995, 2004). Segundo Saffioti (1995), estas três categorias de opressão e de subjetivação¹ são eixos estruturantes das identidades sociais desde a mais tenra idade. O nível macroestrutural engendrado por estas instituições perpassa a microfísica do poder das

relações sociais cotidianas produzindo sujeitos subjetivados por estas lógicas e dinâmicas.

Ainda assim, como pensa Foucault (2014, 2017), as relações de poder comportam sempre o elemento da *resistência*. Quando esta é nula ou quase inexistente, nós temos o que este autor chama de coação. No caso do estudo presente, as interlocutoras se encaixam na primeira situação, isto é, nas relações de poder. Evidentemente, a resistência emerge dentro e não fora do espaço do poder. Neste sentido, as subjetividades são produzidas a partir da dinâmica da dupla *poder-resistência*.

Pretendo então compreender suas representações das situações de violências *simbólicas* de gênero, raça/etnia e classe social, na universidade, isoladamente e, depois, enoveladas na complexidade do nó. Primeiramente, examinaremos a violência de gênero.

1. DO PONTO DE VISTA DA “VIOLÊNCIA DE GÊNERO”

Neste tópico, pretendo analisar as representações de Plúvia, Andreza e Gabriela a respeito das violências *simbólicas* de gênero em seu cotidiano. Que apenas são produzidas e reproduzidas porque há uma estrutura simbólica patriarcal² que permeia toda a vida social.

Tal estrutura simbólica pode ser pensada nos termos em que a antropóloga argentina Rita Segato (2003) propõe: como resultado das relações *simbólicas* horizontais entre os pares masculinos fundadas na idéia de contrato sexual³, que determinam suas relações *simbólicas* verticais com os pares femininos. A dominação masculina, em outras palavras, se alicerça no direito de posse do marido sobre a esposa, antes mesmo do seu direito à posse da família e dos filhos. O patriarcado deve então a sua força a um código moral que fixa os lugares do homem e da mulher na família e, por consequência, em toda a sociedade.

² Estrutura simbólica patriarcal é um conceito usado pela antropóloga feminista Rita Segato (2003).

³ O contrato sexual é uma idéia análoga a de contrato social formulada pela feminista Carol Pateman para compreender, em oposição às leituras clássicas sobre o tema, a instituição do patriarcado. (SEGATO, 2003).

¹ Foucault (2014, 2017) concebe o poder não apenas como forma de opressão, mas também como intrinsecamente produtor de subjetividades.

Dessa forma, o *pater familias* é a figura histórica que garante a reprodução social da hierarquia das relações de gênero. Segato (2003) ainda endossa a teoria psicanalítica segundo a qual a lei do pai é a lei estruturante do *Simbólico* e é incorporada, ainda na primeira infância, quando a criança aprende “o que é certo e o que é errado” e internaliza as normas sociais. É, portanto, ainda neste período da nossa vida, que iniciamos nosso processo de socialização em sermos ensinados a nos comportar e a pensar segundo esquemas socialmente marcados de gênero. Temos, portanto, uma vida cultural e simbólica permeada com características atribuídas hierarquicamente ao sexo feminino e ao sexo masculino, este último no topo da hierarquia.

Esta violência estrutural é dissimulada e transfigurada sob a forma de uma ordem natural e cosmológica que justifica a superioridade masculina. As mulheres enquanto categoria social dominada incorporam os princípios de sua submissão e legitimam a violência simbólica da qual são alvo. No entanto, pela própria incapacidade de se adequar plenamente aos padrões ideais de feminilidade criam consciente ou inconscientemente formas de resistência em seu dia-a-dia. (BOURDIEU, 2002).

Essas resistências ganham um maior grau de sistematização e coerência quando são modeladas por um programa político capaz de lhes dar os instrumentos simbólicos adequados para subverter a ordem simbólica dominante (BOURDIEU, 2015). Este é o caso das três mulheres do DCE cuja participação nas atividades do Diretório e sua militância nos movimentos sociais de esquerda permitiram que tomassem consciência das opressões que sofrem e que operassem uma tomada de posição política abertamente contrária à instituição do patriarcado.

Por esta razão, em seus relatos e narrativas, a tomada de consciência assume a forma da percepção e formulação das situações de violências vividas. O que, de outra forma, pela sutileza característica da manipulação ideológica que o poder simbólico opera, não lhes seria possível compreender, perceber ou verbalizar estas experiências como fruto da *violência simbólica*. Reforçado este entendimento e, das relações entre os níveis micro e macro apontadas, que tornam

esta análise viável, sigo com as explicações das violências estudadas.

Diante disso, Andreza, a coordenadora de mulheres, me relatou que já sofreu machismo de funcionários terceirizados da UERN. Certo dia, ela se dirigiu à sala do DCE para acompanhar o processo de construção de uma pracinha. Os funcionários estavam medindo a estrutura do espaço. De repente, um dos funcionários de uma empresa de segurança pergunta a Andreza com hostilidade: “Você quer levantar essas pedras?”. Ela, em um primeiro momento, ficou sem ação, um tanto perplexa. Logo em seguida respondeu: “Não, porque este não é meu trabalho” e saiu. O funcionário continuou resmungando e vociferando: “ela acha que pode com essas pedras”.

Sua atitude diante desse episódio foi convocar uma reunião com suas colegas de militância para discutir situações de machismo dentro do espaço universitário. Algumas delas viram o acontecido, mas tinham medo de falar em função de uma possível revanche do homem em questão que poderia assediá-las caso as encontrasse sozinhas.

A suposição que não teria força para levantar as pedras e sua correlata hostilidade é representada por Andreza como uma atitude machista e uma forma de abuso. Para além da constatação óbvia dessa espécie de *sexismo automático*⁴, a idéia que a mulher necessariamente não tem à sua disposição uma grande quantidade de força física é um dos estereótipos que acompanham a ideologia da feminilidade e que ratificam a supremacia masculina (DAVIS, 2016). Por outro lado, o fato que as mulheres desde cedo aprendem que ‘naturalmente’ não podem competir com os homens em matéria de força, as levam muitas vezes a não desempenharem atividades que exijam este pré-requisito. É um típico caso de incapacidade aprendida tal como apresentada por Bourdieu (2002) em *A Dominação Masculina*.

Por sua vez, o correspondente medo de assédio por parte do funcionário que suas colegas alegaram é

⁴Sexismo automático é um conceito que remete à reprodução maquinal do sexismo movida pelo costume, como uma forma de violência invisível. Operada sem necessidade de ter-se consciência. Da mesma forma, que o racismo automático. (SEGATO, 2003).

sintomático da violência simbólica de gênero⁵. O temor generalizado da revanche sob forma de agressão verbal ou da violação⁶ apenas torna-se realidade à medida que a ordem simbólica patriarcal (SEGATO, 2003) oferece sistematicamente sanções materiais ou simbólicas àqueles ou àquelas que se recusam a ser fixados/as em suas posições dominadas (BOURDIEU, 2015). Isto significa que o homem que sente que sua masculinidade está ameaçada vê-se impelido a prová-la a todo custo. Esta reação é qualificada pela socióloga Saffioti (2004) como a face da impotência do patriarcado. Poder-Impotência coexistem como duas faces de uma mesma moeda.

Gabriela, Coordenadora de assuntos estudantis, descreve como se sente insegura na UERN por *ser mulher*. A este respeito, disse que o problema da insegurança e da criminalidade passou a ser uma questão concreta para si, quando começou a fazer o cursinho de Inglês Neel (Núcleo do Estudo e Ensino de Línguas) à noite oferecido pela FALA (Faculdade de Letras e Artes) no bloco de jornalismo. Mencionou que esta região da universidade é pouco iluminada e na época praticamente só havia a sua turma naquele horário. A circunstância de ser mulher e andar sozinha pelos corredores escuros, além dos casos recentes de arrastões, deixou-na com grande sensação de insegurança. Seja como presa mais fácil para o assalto, seja como vítima potencial de estupro, Gabriela, como muitas outras mulheres, vive sob o signo do medo.

Este sentimento difuso de insegurança entre as mulheres é sintomático da sua situação de vulnerabilidade. O caso do medo do estupro é emblemático. Este é um crime perpetrado por homens especialmente contra mulheres, ou, ao menos, contra quem incorpora o papel do *feminino*⁷.

⁵ Violência simbólica de gênero é, inclusive, a violência-base para os demais tipos de violência de gênero. (SARDENBERG, 2011).

⁶Segato (2003) demonstra como o *mandato de violação* é uma exigência repetidamente solicitada pela estrutura simbólica patriarcal, quando aquele que incorpora a masculinidade como um ideal, sente que ela se encontra ameaçada. E, por esta razão, vê-se impelido a prová-la aos outros e a si mesmo.

⁷ Para Saffioti (2004), entre presidiários masculinos, o estupro é praticado como sanção ao estuprador, porque se entende, de maneira inconsciente, que ele rompeu com o contrato sexual, ao violar uma mulher que não estava disponível para ele e, dessa forma, poderia ter feito o mesmo com suas companheiras. Uma forma de humilhá-lo então seria fazê-lo assumir o papel da “mulher estuprada”, isto é, colocando-o numa posição feminina.

Já na relação com professores, Andreza comentou ter sofrido uma enorme “pressão psicológica” por estar grávida em seu curso, pois diziam que ela não será uma boa profissional e que a gravidez a atrapalha em seu processo como pesquisadora. E que por causa disso, já chegou a pensar em trancar o curso. O que não fez, confrontando com a afirmação que gravidez não é doença e que não precisa desistir da universidade por esta razão. Um desses professores, inclusive, falando que: “o curso é fértil. Já apareceram duas alunas grávidas” em tom de deboche.

Relatos de professores que assediam as alunas moral ou sexualmente são recorrentes nas falas das minhas interlocutoras. Gabriela, por exemplo, afirmou que na sala de aula quando uma estudante retruca o professor, em razão de alguma brincadeira constrangedora que a ofendeu, ele “se aproveita de sua posição de homem e de professor por mais desconstruído que seja com muitas aspas, porque homens desconstruídos né onde moram como vivem?” Com esta frase Gabriela quis sugerir que dada a onipresença do machismo na formação cultural dos sujeitos, ela não conhece um homem cuja desconstrução das ações e pensamentos machistas tenha sido absoluta. Disse também que todo mundo já viu um professor que faz “piada machista”.

Já Plúvia, coordenadora geral, relata que um professor a convidou para tomar café no hotel Thermas. Ela se sentiu tão indignada ao ponto de jogar seu trabalho em cima dele. E pensou que se aquele homem teve a audácia de fazer aquela proposta para uma aluna como ela declaradamente feminista e “auto-organizada” imagine o que ele não deveria fazer com as outras colegas. Também reclamou que muitos professores falam com as alunas as alisando e comentando como elas estão bonitas com a roupa que estão usando. Plúvia mencionou também que muitos professores costumam elogiar a beleza de algumas alunas e que se dirigem a elas com tais elogios enquanto tratam os homens “apenas pelo nome”.

A ideia de contrato sexual de Carol Pateman, presente tanto na teoria de Segato (2003) quanto de Saffioti (2004), implica no direito de posse do homem sobre a mulher por ocasião do casamento. Presume-se que haja um acordo tácito entre os homens de não ter relações sexuais com mulheres comprometidas. Ainda assim, nada garante que o pacto não possa ser ocasionalmente

rompido. É por esta razão que Saffioti (2004) coloca que a necessidade de mecanismos de controle da sexualidade feminina provém do medo que os parceiros têm que os outros violem o contrato. Plúvia é uma mulher casada, que usa aliança no dedo. Mas isso não a impede de ser vítima de assédios sexuais.

Outro episódio de machismo que incomodou Plúvia foi quando durante um ato de paralisação dos e das ASG's - ela e o DCE como um todo estavam participando - veio um professor do curso de economia e perguntou para as mulheres se elas não tinham deixado prato para lavar em casa. Este pensamento se baseia na concepção de uma divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2010) imposta pela lógica patriarcal, na qual a mulher deve apenas ocupar funções domésticas, enquanto os homens devem ser os únicos senhores da vida pública e provedores do lar. O professor, em questão, parece entender que mulheres não deveriam usar seu tempo em atividades de cunho político como aquele protesto. Plúvia destaca como é desafiador para as mulheres participar da política. Segundo ela, quando um homem recebe a proposta de participar de algum evento político prontamente aceita o convite. Seja porque vê a oportunidade como uma estratégia política ou porque ele foi criado para viver “nesse âmbito do político”. As mulheres, em suas palavras, ao contrário, têm o enorme desafio de descobrir como chegam “para conduzir esses espaços”, já que não foram criadas para atuar com voz ativa na vida pública.

Para entendermos esta situação, podemos recorrer à interpretação da historiadora Raquel Soihet (1999). Seu estudo demonstra que a medicina, já em fins do século XIX, no Brasil, utilizava-se de modelos explicativos da diferença sexual à maneira da Europa, que pretendia justificar a ordem social vigente das relações de gênero fundamentalmente hierárquica. E, dessa forma, naturalizava a inferioridade feminina em face à superioridade masculina. A mulher passou a ser vista como naturalmente pré-disposta a ocupar o lugar da dona-de-casa e mãe, sentimental e dotada de inteligência menor, cuja única vocação é o cuidar da casa e dos filhos. As mulheres que ousassem estudar “mais que conviria”, isto é, se chegassem a buscar uma vida intelectual ou política, ingressar nos estudos superiores, eram retratadas pelos discursos médicos como tendentes à degeneração de sua conduta moral e

de sua capacidade reprodutiva. Como se se tornassem masculinizadas e inaptas para ser boas mães. Este discurso médico teve ampla difusão e eco popular, criando uma série de estereótipos ligados à ideologia da feminilidade, que subsistem até hoje.

Na militância, Gabriela queixou-se de quando fazia parte do CPRD (Coletivo Petista da Revolução Democrática). “Era um monte de macho [...] eles eram até legais comigo, mas faziam umas piadas muito idiotas”. Teve uma situação em que um deles xingou uma das mulheres do grupo de louca. E Gabriela indagou por quê. Ele não soube dizer e apenas continuou a afirmar que era louca. Gabriela disse que se “um homem insiste em chamar uma mulher de louca e não tem um argumento plausível é porque ele está sendo machista”.

O patriarcalismo, no pensamento de Rita Segato (2003), tende a desvalorizar tudo o que representa o feminino em nossa cultura através de uma série de inversões e deslocamentos operados mediante pares de oposição binária como é o caso aludido da mulher louca ou histérica versus o homem são e racional. A sua “redenção”, isto é, a sua conformação ao padrão de feminilidade que se espera dela é encontrada apenas quando obedece aos imperativos proibitivos da conduta moral imposta. Dessa forma, a mulher é qualificada apenas em termos negativos, como falta em relação ao que o homem é, dentro de uma economia simbólica que define o homem como o sujeito e a mulher como objeto.

Plúvia, por sua vez, alega que, no cotidiano da universidade, ela e outras estudantes que estão participando do Movimento Estudantil e fazendo política encontram a barreira dos homens que pedem para que façam café ou para procurar alguma coisa para eles, ignorando que, ali, elas estão cumprindo funções políticas como eles e não desenvolvendo atividades domésticas — “você percebe que algumas meninas que ainda não têm uma auto-organização, que não têm autonomia, que muitas delas acabam fazendo o que eles pedem”.

Soihet (1999) chama a atenção para o processo de inculcamento, pelas mulheres, dos princípios subjacentes aos saberes masculinos, isto é, saberes constituídos a partir do ponto de vista do homem, que

se transformam em representações femininas marcadas pela legitimação da violência simbólica. Quando as companheiras de Plúvia aceitam fazer o café sem questionar as razões que moveram a escolha de seus companheiros, possivelmente, mais inconsciente que conscientemente, estão a repetir práticas relacionadas à ideologia da dominação masculina.

2. DO PONTO DE VISTA DAS VIOLÊNCIAS LIGADAS À RAÇA

A idéia de raça, como um dos eixos estruturantes das nossas identidades sociais, assume uma forma peculiar dentro da cultura brasileira. A escravidão de negras/os durante séculos – lembremos que o Brasil foi o último país das Américas a declarar a abolição da escravatura – cravou profundas marcas na sociedade brasileira e em nosso imaginário sobre a negritude. Lélia Gonzales (1984) chama denomina como neurose cultural brasileira⁸ a repressão da africanidade do nosso povo que é repetidamente ocultada e recalcada, o que se constitui como violência simbólica⁹ ao povo negro e a todas as manifestações de “negritude”.

De fato, negamos reiteradamente nossas raízes históricas e culturais africanas e temos uma dominação simbólica tão bem sucedida que os dominados, a própria população negra, interiorizou os princípios de sua subordinação. E isto foi possível, porque dada a nossa tão afamada – ou infame – miscigenação¹⁰ – desenvolvemos – como propõe Lilia Schwarcz – certo *racismo de marca*¹¹, que divide e segrega as pessoas com base em seu fenótipo, muito mais do que com base em considerações sobre genealogias familiares.

⁸ Neurose é um conceito da psicanálise, que significa uma patologia associada ao recalque de algum trauma, que permanece como o “não-dito”. (GONZALES, 1984).

⁹ A própria autora (GONZALES, 1984) entende o fenômeno da neurose cultural brasileira como violência simbólica, pois implica em uma dissimulação/ocultação e transfiguração das práticas discursivas racistas.

¹⁰ A miscigenação do povo brasileiro foi vista como fator negativo para o progresso e o desenvolvimento do país nas teorias raciais (e racistas) entre 1890 e 1920. De 1930 em diante, com o mito da democracia racial, impulsionado por Gilberto Freyre, passou a ser exaltada como símbolo da brasilidade. Miscigenação não apenas racial, mas, sobretudo cultural (SCHWARCZ, 2007).

¹¹ Em oposição ao racismo de origem, que é praticado nos Estados Unidos. Como consequência histórica da Política da Única Gota de Sangue. Critério para segregar espacial e socialmente toda a população descendente de negras/os. (DAVIS, 2016).

É fácil perceber que o “racismo à brasileira” é uma incontestável realidade cultural. Dado o seu enorme lastro, em nossa sociedade, seria realmente penoso abandonar a categoria “raça” em nossas análises, posto que é um valioso instrumento de análise socioantropológica pelo seu teor político na configuração das relações de poder. Devemos, portanto, entender, como alerta Gonzales (1984), que desracializar o debate em torno do racismo, forma de preconceito de base ideológica e cultural, equivaleria a negar esta categoria de opressão-atraves da sua neutralização por meio de conceitos alternativos como o de *etnia*. Por esta razão, resolvi adotar a expressão dupla: “raça/etnia”.

O racismo de marca vivenciado pelas minhas interlocutoras é percebido e verbalizado em suas falas. Como quando falam em conceitos como “epistemicídio”¹²; ou posicionamentos como “não vou alisar meu cabelo” em alusão a todas estas práticas sociais e discursivas que apagam, silenciam, transfiguram e reprimem as vozes “negras”. Duas são as modalidades principais do racismo, que verifiquei: *exclusão social* e *assimilação cultural*. Em função da importância de se abordar tal elemento determinante das vivências dessas mulheres, eu pretendo agora analisar as suas representações dentro da universidade a respeito das violências *simbólicas* de raça.

Plúvia testemunhou atitude racista por parte de um professor do seu curso. Não bastasse ter falado em sala de aula, ainda publicou, no facebook, que “os negros nunca deviam ter saído da senzala”. Esta colocação está no mesmo rol de expressões como “negro tem que saber o seu lugar” ou “lugar de negro é na favela”. O que se constitui numa evidente prática de exclusão social.

Penso como Gonzales (1984) que persiste, no imaginário racista brasileiro, a idéia que negro não pode sair da favela e habitar os mesmos lugares que os brancos, da mesma forma que ao escravo estava destinada a senzala. Como evidencia a tradição dos elevadores de serviço e os portões de fundo. Não por

¹²Epistemicídio é um conceito, que remete ao apagamento dos currículos escolares de autores/as negros/as e da produção científica oficial.

acaso, as três mulheres negras entrevistadas moram na periferia de Mossoró.

Gabriela diz que os/ as estudantes da UERN “fingem que o racismo não existe” e que, portanto, “não há necessidade de se fazer esse debate”. E que apesar de ser bastante positiva “a presença de várias etnias como estudantes negros, brancos e até asiáticos” que já torna a UERN um ambiente multirracial o debate não é feito porque “as pessoas acreditam que não são racistas”. Como se na universidade negros e brancos estivessem em condição de igualdade. Há, na fração mais conservadora da sociedade, a ilusão e a insistência de que o racismo não existe, mesmo quando ela própria, sem o saber, produz e reproduz práticas e representações racistas como nos inspira a pensar o texto de Leila Gonzales (1984).

Um desses mecanismos de transfiguração e dissimulação das práticas racistas no Brasil é a inversão operada pelo Carnaval. Em que a mulher negra, cotidianamente apenas a invisível empregada doméstica e a mulata-prostituta, torna-se, como diz Gonzales (1984) a “Rainha da Festa”. Em que as tradições afro-brasileiras são exaltadas como ícone nacional e índice de nossa brasilidade. No dia-a-dia, entretanto, fazemos questão de construir nossa memória coletiva com base em sucessivos esquecimentos.

Os mecanismos de invisibilização operam a todo vapor, quando o assunto é o racismo. Até porque a neurose impede que a verdade do preconceito seja revelada. No entanto, às vezes é mesmo difícil esconder. Gabriela disse que embora o racismo na universidade seja frequentemente dissimulado, houve uma situação em que foi testemunha de “um episódio de racismo escrachado” entre alunos. Um estudante da UERN chamou outro da UFRSA de “neguinho burro”. Aqui o recurso à inferiorização não usou máscaras. O ódio diante de sua impotência para “assimilar” ou “excluir” manifestou-se em sua forma plena. Aquele que por alguma razão recusa-se a ser mantido na posição dominada, por exemplo, ocupando espaços antes destinados apenas à parcela branca como o espaço universitário, pode sofrer a hostilidade daqueles que acreditam que “lugar de negro é na favela”. E que, assim, preferem a manutenção da segregação racial.

Nosso sistema de classificação racial fundado na ideia do racismo de marca tem por base uma hierarquia social arquitetada em uma escala de cor da pele e de “traços étnico-raciais”¹³. Os “menos negros” podem então aderir ao rótulo branqueador de “pardos/as”. Ou, como diz Gonzales (1984), é o caso de muitas mulheres negras, que aderem ao padrão de beleza dominante, que é, na verdade, monopólio das brancas. Sendo, inclusive, parâmetro para vagas de emprego, quando se pede – com toda a licença eufemística – “boa aparência”. Sob este sentido, Gabriela diz que muitos perguntam “por que não alisa o cabelo?”, já que “ficaria muito mais bonita”.

O tema e a experiência de racismo são discussões frequentes no cotidiano do grupo. Andreza, certa vez, ao chegar à sala do DCE relatou que quando estava trabalhando em uma loja no centro da cidade, as demais funcionárias brancas se referiam a ela como “aquela morena”. Em função de Andreza ter cabelo liso e “traços afilados” ela não é enquadrada como “negra” pela maioria. E mesmo que o fosse, muitas pessoas têm tabu em dizer que alguém é negro, preferindo o termo “moreno/a” como eufemismo. É novamente a sintomática da Neurose Cultural Brasileira, que teme revelar aquilo que esconde como algo vergonhoso demais para ser admitido. Que deseja apagar da sua consciência sua própria negritude.

Plúvia, em diversas ocasiões, recordou-se de como foi convencida pela Escola, onde estudava, de que era “morena-da-cor-de-cravo-e-canela” ou mesmo que era “indígena” ou “cabocla”, já que sua raiz não era cripa. Apesar de ter sido alvo durante o jardim de infância de racismo escrachado. Tendo sido chamada pelas demais crianças de “bolacha preta”. Era mais fácil, se quisesse ser “tolerada”, como se expressa Djamilia Ribeiro, aceitar o rótulo eufemístico para fazer parte, embora não plenamente, do universo dos brancos. Ser assimilada pelas tentativas de branqueamento para apaziguar a neurose da ideologia racista. E, por esta razão, tenha cedido a estas classificações até chegar ao Ensino Médio, quando começou a participar dos Movimentos Sociais.

¹³ Pus a expressão entre aspas, porque ao se associar, por exemplo, culturalmente, nariz fino à raça branca, não quer dizer que este seja um atributo exclusivo dos/as brancos/as. Não se deve ignorar a diversidade étnico-racial dos povos negros.

Raça é termo negociado no Brasil. As pessoas podem “embranquecer” ou “enegrecer” circunstancialmente. É, sobretudo, um constructo identitário relacional. (SCHWARCZ, 2007). Dessa forma, uma pessoa tida como “morena clara” pela família de pele mais clara, pode em outros meios ser considerada “branca” ou “alva”. Analogamente, Plúvia foi diferencialmente referida como “bolacha preta”; “cabocla” e “indígena”. Enquanto, Gabriela comentou que no interior da sua própria família seus “irmãos negros” se vêem como “brancos”, enquanto vêem a ela, que é “da mesma cor” como “preta”. Oscilação que revela o caráter relacional e cultural dessas classificações. Eles, diferentemente, de Gabriela, parecem ter sido subjetivados e “assimilados”, de maneira mais plena, pelos mecanismos neuróticos de branqueamento.

Diante disso, percebemos como as práticas “assimilacionistas” são marca distintiva de nossa neurose cultural e, para além dela, existem as também já discutidas práticas de exclusão.

3. DO PONTO DE VISTA DA “VIOLÊNCIA DE CLASSE”

O Modo de Produção Capitalista (MPC) para Saffioti (2004) não pode ser compreendido de maneira adequada no sentido restrito da produção econômica. É, em sentido amplo, um modo de produzir a vida, que pressupõe as relações sociais entre os seres humanos¹⁴ e a relação destes com a natureza. A produção/reprodução da vida¹⁵ é desta forma atravessada não somente por fatores econômicos e naturais, mas igualmente sociais, culturais e políticos.

Por outro lado, a separação entre o local de trabalho e a família, engendrada pelo desenvolvimento do MPC, dá margem ao entendimento que o lugar da produção restringe-se à esfera econômica desvinculada do lar e que, por sua vez, este é o lócus privilegiado da reprodução. Esta é uma visão, embora veiculada por alguns marxistas, comprometida com o aparato

conceitual de certa tradição da Economia, que compreende o significado do conceito de Modo de Produção em sua dimensão Abstrato-Formal e, por esta via, apartado da complexidade da produção/reprodução da vida. (SAFFIOTI, 2004)

Na verdade, para Marx e Engels, estes dois domínios interagem entre si. Sob essa perspectiva, a reprodução é pensada para além de sua acepção biológica. Mas é operada efetivamente por todos os meios materiais e simbólicos que garantem que a ordem social seja reproduzida. A reprodução extrapola assim o âmbito da família, bem como o Modo de Produção Capitalista, por seu enfatizado caráter multifacetado (não se constitui apenas enquanto sistema econômico), também invade o ambiente doméstico. Por esta razão, é que podemos falar em Formação Social Capitalista (SAFFIOTI, 2004).

Na análise marxista, as relações antagônicas entre Capital e Trabalho estruturam as sociedades de classes em dois principais pólos opostos: Capitalistas (detentores/as dos meios de produção) e Proletários/as (os/as trabalhadores/as explorados/as economicamente pela produção da mais-valia). (SAFFIOTI, 1995). Há, contudo, vários matizes e distinções sociais que nos permitem dividir estas duas grandes categorias em frações. Grosso modo, temos, de um lado, os/as dominantes e de outro os/as dominados. Mas existe a parcela dominada dentro das classes dominantes¹⁶ como há frações relativamente dominantes em relação ao resto da classe dominada.¹⁷ (BOURDIEU, 2015)

É, cabe reforçar, enganoso pensar a estrutura de classes como constituída exclusivamente de contradições de ordem econômica. Temos, por exemplo, (BOURDIEU, 2015) a própria necessidade de legitimação do status quo pela incorporação dos/das dominados/as dos valores que justificam a dominação dos/das dominantes. Neste sentido, mecanismos ideológicos de inculcação se fazem necessários para a representação do mundo social. A reprodução social da estrutura de classes exige, pois, a dominação simbólica e a sua correspondente violência simbólica efetuadas pelas artimanhas de dissimulação e transfiguração do

¹⁴ As relações sociais, neste sentido, exigem certo grau de cooperação para que a finalidade da atividade social seja alcançada como é o caso do trabalho. Esta cooperação se funda em parte sobre a representação socialmente partilhada que se tem da atividade em questão.

¹⁵ A reprodução da vida não é entendida apenas como reprodução biológica da espécie. É também a reprodução social.

¹⁶ Os/as intelectuais (BOURDIEU, 2015) são a fração dominada da classe dominante.

¹⁷ Os/as pequeno-burgueses/as (BOURDIEU, 2015), por exemplo, em relação às classes operárias.

Poder Simbólico. Neste sentido, entendemos como elementos culturais e políticos entram em jogo na hierarquização dos princípios simbólicos de divisão do mundo social pela configuração das relações de poder entre as classes dominadas e dominantes.

Quanto a este respeito, entendo, entretanto, que esta abordagem, apesar de sua utilidade aqui plenamente reconhecida, deixa escapar a real amplitude da dependência constitutiva entre Poder e Resistência na tessitura das relações de poder. Reconheço que o *Poder Simbólico*, de fato, vale-se de mecanismos de dissimulação e transfiguração, que tornam possível a incorporação da cultura dominante pelos/as dominados/as. Mas longe de configurar-se enquanto dominação absoluta, que caracterizaria a violência simbólica, esta dominação pode ser parcialmente corroída por outro modelo de subjetivação¹⁸também não absoluto. Para jogar com Bourdieu (2002, 2015), as mulheres desta pesquisa convivem com um *habitus* de classe primário adquirido na primeira infância, bem como um *habitus* militante adquirido na adolescência.

Dessa forma, as *sanções simbólicas* infligidas contra aqueles e aquelas que desejam operar uma subversão simbólica do mundo social nos termos de Bourdieu (2015) podem se constituir enquanto mais um atributo da violência simbólica, dado o seu potencial de degradar objetiva e subjetivamente seus alvos.

Tudo isto dentro de um mundo capitalista marcado pela produção e reprodução de muitas violências características. O capitalismo, segundo Žižek (2014) produz duas grandes espécies de violência objetiva¹⁹, a saber: Violência *Sistêmica* e Violência *Simbólica*. Embora, eu trate aqui prioritariamente desta última em razão do objetivo que move a presente investigação é importante destacar que as diferentes formas de violência, quer em seus aspectos objetivos quer subjetivos, ou como no caso em questão, “*materiais*”²⁰ ou simbólicos, se cruzam na emaranhada teia da vida social.

¹⁸ Lembremos o papel na subjetivação da dupla poder-resistência como pensa Foucault (2014).

¹⁹ A violência objetiva é aquela que é produzida sistematicamente pelo Status Quo. Em oposição à violência subjetiva, atribuível a um sujeito particular.

²⁰ A violência sistêmica é responsável por produzir miséria em larga escala e as conseqüentes privações materiais.

Feitas tais observações, agora estamos em condições de analisar as representações de Gabriela, Plúvia e Andreza sobre as situações sociais de violência *simbólica* de classe na universidade.

Desse modo, um aluno do curso de Plúvia, certa vez, desentendeu-se com ela, por acreditar que “só não passa quem não quer ou quem não estudou para entrar na universidade”. Como se todos tivessem a mesma oportunidade de ingressar nesse espaço. É crédulo da *ideologia do mérito*. Bourdieu (2015) discutiu exaustivamente este tema. O autor chamou a atenção para a capacidade do sistema de ensino em ocultar os privilégios das classes dominantes ao disseminar a idéia segundo a qual os estudos bem-sucedidos justificariam a hierarquia social. O que é dissimulado aqui é o fato que os ditos estudos bem-sucedidos são, na maior parte das vezes, ou mais facilmente, realizados pelos alunos das classes privilegiadas.

A suposta neutralidade (BOURDIEU, 2015) dos critérios de avaliação do sistema de ensino, na verdade, consiste em uma transfiguração/dissimulação da desigualdade que acompanha as trajetórias escolares dos dominados frente às trajetórias, em geral, bem-sucedidas dos dominantes. A escola é responsável, através da ação pedagógica rotinizada, pela inculcação de valores compatíveis com o *habitus cultivado*²¹herdado por aqueles que têm em sua família de origem determinado capital cultural, que favorece o aprendizado espontâneo ou com pouco esforço dos saberes veiculados pela instituição de ensino. Por outro lado, o *habitus* de classe das camadas populares não coincide com aquele que é reproduzido pela Escola.

A própria Plúvia relata que entrou tarde na universidade, porque não é fácil para as pessoas pobres, que não tiveram acesso a uma educação básica de qualidade, passar no vestibular. E que, muitas vezes, mesmo quando estas pessoas passam, é porque abdicaram de “fazer o curso dos seus sonhos”. Escolhendo cursos de menor concorrência. Como foi o seu caso: “você acha que eu passei a minha vida sonhando desde pequena em fazer Gestão Ambiental?”. Bourdieu (2015) chega à conclusão que

²¹ O *habitus cultivado* (BOURDIEU, 2015) é um sistema de disposições de ação e percepção relacionados a certa “cultura geral” adquirido, sobretudo, no convívio familiar.

os estudos prestigiosos, isto é, aqueles cursos socialmente reconhecidos, feitos, sobretudo, em instituições de ensino consagradas, são destinados estatisticamente aos alunos das camadas dominantes.

Por esta razão, ouvi diversas vezes das minhas interlocutoras e demais integrantes do grupo que os alunos do curso de direito e medicina são “riquinhos”. Em nossa sociedade, estes são os cursos mais valorizados e, portanto, mais concorridos. Por consequência, obterão a aprovação com mais facilidade os membros das classes médias e altas, que pela sua educação familiar e escolar, incorporaram a linguagem, sem grande esforço, requerida pelas provas de seleção.

Para Plúvia, os professores do seu curso avaliam a todos da mesma forma. Este critério comum, na verdade, se baseia na concepção/representação já mencionada que o sistema de ensino tem de si mesmo: como possuidor de métodos de avaliação justos e neutros. Contudo, as práticas pedagógicas se baseiam em um sistema de valores instituídos pelo *Poder Simbólico*, cujos beneficiários são as classes dominantes. Dessa forma, constitui-se como *violência simbólica* aos alunos, que por sua posição de classe, na estrutura das relações do campo do *Poder*, têm de se esforçar muito mais, uma vez que queiram incorporar os próprios princípios da dominação simbólica à qual estão expostos.

Gabriela conta que por trabalhar e estudar ao mesmo tem dificuldade de acompanhar o ritmo de aprendizagem dos/das demais. Não apenas devido ao menor tempo disponível para o estudo, mas muito provavelmente, por conta de um capital cultural insuficiente para com o que é exigido. Na verdade, trabalhar e estudar, ao mesmo tempo, é uma realidade para as mulheres do DCE. Gabriela conta, por exemplo, que desde que começou a trabalhar em uma empresa terceirizada, suas notas baixaram. E que apenas aos poucos está se adaptando à nova rotina. Já Andreza ressalta que “a permanência na universidade é muito difícil”. Sobre este ponto, observo que tanto o acesso quanto a permanência na universidade são questões atravessadas pelo abismo entre as classes sociais.

A classe dominante tem a necessidade de distinguir-se socialmente das demais. A função social de *distinção* não se revela apenas no âmbito das posses materiais e do poder econômico, mas também a partir dos meios de *apropriação* dos bens simbólicos. Tais bens vão desde obras de arte e diplomas universitários até a maneira de se vestir e de se portar. A *maneira* de manejar esses bens é o que as distingue das classes populares. Dessa forma, não basta possuir um “Picasso”, mas dominar o código artístico, que permite interpretar suas obras. Analogamente, podem-se adquirir roupas de grife, mas não saber usá-las na ocasião adequada.

Interessante como Bourdieu (2015), ao se referir ao caso da moda, conclui que ela muda depressa, justamente, para que os mais pobres não possam acompanhar com a mesma velocidade as aquisições de vestuário dos mais ricos. Plúvia me contou que suspeita que quando viaja de avião, as pessoas logo percebem que “eu sou pobre, porque não uso os acessórios nem tenho os traços que distinguem uma pessoa de classe alta, não uso salto alto nem nada”. E “elas me olham torto, deve ser porque não estão acostumadas a ver gente pobre. Devem se perguntar o que alguém como eu está fazendo ali. Na verdade, tô fazendo política. Vou até com as camisas dos movimentos”.

Dessa forma, Plúvia percebe que não carrega os traços distintivos que em geral acompanham as pessoas das classes dominantes. Estas distinções costumam exigir gastos financeiros não-compatíveis com a renda das classes sociais menos favorecidas. É uma espécie de investimento que, para além de tempo e dinheiro, demanda um sistema de disposições estéticas que se adquire através dos processos de socialização existentes no meio social das classes dominantes. Sem acesso a este meio, torna-se difícil adquirir tais disposições e valores.

Por outro lado, as mulheres do DCE não se sentem inclinadas a perseguir pela “boa vontade cultural” como chama Bourdieu (2015) os bens simbólicos aqui referidos. Na verdade, preferem não valorizar, por conta de sua ética anticapitalista estes produtos simbólicos. A lógica do mercado simbólico, dentro da economia capitalista, anda de mãos dadas com o poder político e econômico dos segmentos dominantes. É

através da diferenciação orquestrada pelo manejo dos signos sociais de *distinção* que os donos do poder encontram uma perfeita ocasião para difundir a ideia que as habilidades estéticas requeridas são resultado do dom ou da aptidão natural, assim justificando e legitimando a sua superioridade a despeito da presença do *arbitrário* contido na eleição dos bens dignos de admiração cultural.

Como vimos não só de contradições econômicas constitui-se o capitalismo. Tece-se também a partir de distinções e integrações sociais reproduzidas pelo poder simbólico das elites econômicas e culturais. Para além da violência propriamente de classe, o Sistema Capitalista também é capaz de penetrar nos domínios do gênero e da raça, imbricando-se respectivamente com as violências instituídos pelo Patriarcado e pelo Racismo. Tendo esta imbricação à vista, vamos agora examiná-la.

4. ENOVELANDO GÊNERO, RAÇA E CLASSE

Os estudos de interseccionalidade ou de consubstancialidade²² compreendem a necessidade de levar em conta múltiplos sistemas de dominação. Isto não significa que se empreenda o esforço de criar uma visão unitária e globalizante das identidades sociais. Mas de oferecer uma compreensão mais aprofundada das desigualdades complexas que estruturam o mundo social (BIROLI, 2015). Algumas autoras resolveram considerar para além do gênero, raça e classe, outros marcadores como nacionalidade, sexualidade, idade, habilidade etc. No entanto, como apontam as críticas, corre-se o risco de tornar a análise excessivamente fragmentada. Podendo-se ampliar os pontos de entrada indefinidamente. O que se configura como uma interseccionalidade de geometria variável. (HIRATA, 2014). Além disso, não todas estas categorias implicam necessariamente em relações sociais. Na verdade, como tem se argumentado aqui, as três relações sociais fundamentais estruturadas pelos eixos de opressão são as de gênero, raça e classe.

²² Termo cunhado pela socióloga francesa Danièle Kergoat. Segundo ela, a consubstancialidade distingue-se da interseccionalidade por não compreender as categorias analíticas de gênero, raça e classe como eixos que se cruzam de maneira “cartográfica” e, portanto, “mecânica” e “fixa”. Mas de maneira “histórica”, “dinâmica” e “flexível”. (KERGOAT, 2010).

O trabalho analítico de abordar, separadamente, cada uma das três categorias já foi realizado. Agora me cabe a tarefa de enovelá-las. Como já foi dito: o gênero, a raça/etnia e a classe são costurados/as juntos na complexidade social. Estes eixos de opressão e subjetivação (SAFFIOTI, 1995), embora cada qual mantenha sua singularidade, cruzam-se em combinações diversas. Faz-se então necessário, para vislumbrar as intersecções, atrelar dois níveis de análise. O da realidade macroscópica dos sistemas como o Capitalismo, o Racismo e o Patriarcado com o da microcômica constituída pela corporificação das relações sociais entre os sujeitos.

Entendo, portanto, que as três interlocutoras foram subjetivadas e oprimidas pelas combinações específicas pertinentes a cada uma, relativas ao gênero, raça e classe. Encontro em todas elas base suficiente para perceber muitas similaridades. Para começar, são todas mulheres feministas e negras. São moradoras da periferia de Mossoró. Estudaram em escolas públicas. Todas tiveram que estudar e trabalhar ao mesmo tempo em algum momento. E quando não estavam empregadas, dependiam de bolsas para se manter na universidade. O que sugere que, do ponto de vista econômico, não pertencem às classes privilegiadas.

Dessa forma, os três elementos encontram-se emaranhados em suas vidas: o gênero, a raça e a classe. Como diz Danièle Kergoat (2010): três relações de produção da existência humana tanto em seu bojo material quanto ideal. Em direção convergente, para Angela Davis (2016), a supremacia masculina estrutura desigualdades nas relações entre homens e mulheres, que prejudicam estas últimas. No entanto, estas desigualdades assumem configurações particulares quando presentes nos enquadramentos de classe e raça. As formas de opressão tanto ideológicas como propriamente materiais vividas pelas mulheres brancas das classes privilegiadas não correspondem àquelas que são vividas pelas mulheres negras das camadas populares²³.

²³Angêla Davis (2016) ao analisar a história e a situação atual das mulheres negras nos Estados Unidos nos permite perceber muitas semelhanças com o que ocorreu no Brasil. A título de exemplo, vale a pena notar no campo da ação ideológica os estereótipos ligados à suposta “promiscuidade” das mulheres negras, que assim como no Brasil, enquanto empregadas domésticas, sofreram assédios sexuais frequentes de seus patrões.

Ao resgatar e reescrever a história das mulheres negras nos Estados Unidos, Davis (2016) foi capaz de articular uma análise interseccional da condição de marginalidade a que foi destinada esta categoria social em seu país. Contudo, seu olhar teórico-analítico também serve de inspiração para compreender a situação das negras no Brasil. Em certo sentido, os efeitos coloniais dos tempos de escravidão (com a ideologia racista agregada) e os monstruosos impactos da “máquina” capitalista, que, por seu turno, desenha grandes zonas de exclusão social, tiveram tanto lá quanto cá como consequência uma sobre-representação da população negra na faixa da pobreza e, em especial, de sua parte “marcada” como mulher.

Há uma grande sobreposição, segundo Biroli (2015), entre as mulheres negras e as classes populares, quando olhamos para as estatísticas nacionais. Para utilizarmos uma imagem sócio-demográfica: na base da pirâmide da pobreza no Brasil estão as mulheres negras, seguidas pelos homens negros. Na posição intermediária, estão as mulheres brancas e, no topo, os homens brancos. Se voltarmos nossa atenção para as três mulheres da pesquisa, constataremos que são negras e moram na periferia. Sabemos que a raça é distribuída distintamente no espaço social. As periferias enquanto espaços de marginalização são ocupados majoritariamente pela população negra. As mulheres negras ainda se encontram em uma significativa desvantagem econômica em relação aos seus companheiros negros.

Estas mulheres negras moradoras das regiões periféricas de Mossoró, pertencentes às classes populares, enfrentam diariamente o peso da permanência na universidade. Não apenas pelas privações materiais como a falta de infraestrutura em seus bairros, que dificultam sua locomoção ou a falta de dinheiro para cópias e alimentação, mas também propriamente a desvalorização simbólica das suas existências. Lembremos os numerosos casos relatados de discriminação relativos às três categorias de dominação. Embora esses episódios apareçam frequentemente em suas falas como fruto de tipo determinado de preconceito basta relançar o olhar para perceber como essas dimensões se cruzam.

O sexismo cujos efeitos estas mulheres negras vivenciam e presenciam dificilmente pode ser

apreendido em profundidade quando descontextualizado do seu contorno racial e de classe. Estes dois últimos, por sua vez, com elevada sobreposição. Sendo assim, não é difícil supor que a sensação de insegurança relativa às mulheres em geral como o medo do estupro referido por Gabriela encontre efeitos ainda mais perversos entre as mulheres negras (GONZALES, 1984) tão fetichizadas pelo imaginário racista brasileiro. O status de promiscuidade que lhes é atribuído é sintomático do mito da “mulata devassa” que é feita para “trepar” e não “para casar”.

Relembremos que o mito da *Democracia Racial* implica na farsa histórica das relações sexuais desprovidas da coação e da violência entre Senhores Brancos e Mulheres Escravas (GONZALES, 1984). Como se as negras (CARNEIRO, entre 1990 e 2000) tivessem virado “concubinas” dos seus Senhores por livre e espontânea vontade. E, por esta via, todos os estereótipos ligados à sua “depravação sexual”. Quando a escravidão acabou, essa imagem permaneceu, pois as ex-escravas condenadas pelo abandono social se viam obrigadas a procurar emprego nas atividades que lhes foram relegadas. Como quituteiras, prostitutas e, sobretudo, como empregadas domésticas. Graças à herança escravocrata, seus patrões julgavam ter direito à posse dos seus corpos, mantendo com suas empregadas uma relação de dominação sexual.

A feminista negra Sueli Carneiro descreve enfaticamente essa questão da violência sexual colonial como fator determinante para a construção da nossa identidade nacional:

No Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas consequências. Essa violência sexual colonial é, também, o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades, configurando aquilo que Ângela Gilliam define como “a grande teoria do esperma em nossa formação nacional”, através da qual, segundo Gilliam: “O papel da mulher negra é negado na formação da cultura nacional; a desigualdade entre homens e mulheres é erotizada; e a violência sexual contra as mulheres negras foi convertida em um romance”. (CARNEIRO, entre 1990 e 2000, p.1.)

Por conta desse elemento de coisificação das mulheres negras²⁴, produto de nossa história, podemos dizer que quando Plúvia ou Gabriela são assediadas sexualmente, situação comum a todas as mulheres, embora tome um teor ainda mais dramático no caso das mulheres negras, simplesmente não é possível separar da violência de raça, que segundo Gonzales (1984) estereotipa as negras como “mais fáceis e promíscuas”. O sexismo estrutural quando aliado ao elemento da discriminação racial assume uma configuração específica.

A dupla jornada é um mal que assola as mulheres que precisam trabalhar e cuidar de casa ao mesmo tempo. Algumas delas, ainda estudam. Por não virem dos extratos dominantes, as minhas interlocutoras precisam trabalhar ou receber bolsa para continuar os estudos universitários. Apesar de todas essas dificuldades, relativas à sua classe e ao sexo, professores como os de Andreza ainda buscam minar sua autoestima dizendo que ela não poderá ser uma boa profissional, porque engravidou no decorrer do curso. Esta é uma violência moral dirigida a uma mulher negra, que mesmo com todas as privações frutos de não estar empregada no momento, esforça-se para não desistir do curso. Não dá para ter certeza do peso relativo da raça no comentário preconceituoso do professor em questão. Ainda assim, é notório como as mulheres negras encontram-se em uma situação de aguda vulnerabilidade no espaço universitário. Tanto do ponto de vista das sanções simbólicas como materiais.

Basta ver como são numerosos os casos de assédio em suas vivências. Embora o sexismo seja mais identificável ao primeiro olhar, em algumas dessas situações, fica patente a indissociabilidade entre as duas categorias (ou três) no interior das experiências específicas das mulheres negras. Quantas não são as tentativas de “embranquecê-las” ajustando-as ao padrão de beleza definido pela cultura racista intensificada pela propaganda capitalista dos produtos da Indústria da Beleza?

As mulheres são exploradas e dominadas de maneira distinta pelas relações de produção capitalista (SAFFIOTI, 2004). O capitalismo tem como

característica colonizar as diferentes esferas da vida com potencial para transformar até seres humanos em mercadorias. Mas a sua interação como o patriarcado permite que ele atinja desigualmente os corpos de homens e mulheres. No tocante à matéria da “beleza”, são as mulheres às mais vulneráveis a uma lógica que visa transformá-las em produtos para o consumo masculino. Quanto ao quesito emprego, há a superexploração da mão-de-obra feminina. Além do preconceito destinado às mulheres grávidas, cujas mazelas foram vividas por Andreza, sabemos que homens ganham mais que mulheres ocupando a mesma função. O que se agrava quando comparamos homens brancos com mulheres negras.

As mulheres negras são as mais atingidas com os empregos informais e com a instabilidade financeira (BIROLI, 2015). Andreza teve alguns empregos de curta duração no decorrer do seu curso na universidade. Já trabalhou em uma loja no centro da cidade. Mas foi demitida e desde então não arrumou outro em seu lugar. Gabriela, por sua vez, trabalha em uma empresa terceirizada pela Cosern. É de conhecimento comum, que empregos terceirizados costumam ser precários, de curta duração e mal-remunerados. Plúvia, por sua vez, depende de bolsas de iniciação científica.

É importante apresentar tais considerações, uma vez que estas são realidades trazidas para dentro do ambiente universitário sob as formas travestidas, à medida que não problematizadas, da dificuldade para acompanhar os estudos, dos constantes assédios morais e sexuais sofridos, das privações financeiras e, em suma, de toda espécie de violência simbólica atrelada às bases materiais da sua existência.

Dessa maneira, é oportuno compreender a interdependência entre os fatores simbólicos e materiais que se imbricam nas experiências violentas. É por conta desse círculo vicioso estruturado pela violência do nó, que escutamos, que as “mulatas” são mais “fáceis” e mais “devassas” e, portanto, acessíveis ao homem branco, que não percebe que as suas investidas são assédios ou coações reforçadas pela posição social de dominância que este ocupa dentro da sociedade.

²⁴ Coisificação que toma forma na imbricação de gênero e raça como sugerido no trecho mencionado.

Sob esta ótica, é interessante notar como o mundo social se produz e reproduz de acordo com princípios de divisão e integração (BOURDIEU 2002, 2015). Parece necessário um mínimo de consenso para a reprodução do status quo. Nessa direção, os dominados precisam incorporar os princípios que justificam a sua subordinação. Ao mesmo tempo, são estes mesmos princípios que criam hierarquias e distinções sociais entre grupos dominantes e dominados. Para tanto, tem-se que naturalizar tais distinções elevando-as ao status ontológico de ordem natural. Ao invés de se considerarem como diz Carneiro: as condições sociais que operaram na origem e desenvolvimento da marginalização das mulheres negras naturalizam-se suas práticas como fruto do seu arbítrio e da sua “natureza”.

A interseccionalidade aqui adotada abre o caminho para pensar como as três formas cruzadas de opressão e subjetivação modelam as vivências destas mulheres negras de origem popular. Nesse sentido, entendo que o mundo social é integrado por práticas de assimilação, quando, por exemplo, as mulheres negras são “embranquecidas” e, por outro lado, dividido por distinções que se transfiguram como naturais, forjando justificativas para a condição de subalternidade das mulheres negras dentro de uma economia global capitalista. Condição marcada pela desvalorização simbólica (quer moral ou sexual), pelas trajetórias profissionais, em geral, perpassadas pela informalidade e pelo pouco prestígio de suas funções, pela dupla ou tripla jornada, pelo pouco acesso ou difícil permanência na universidade e por todo o cotidiano de violência seja simbólica ou “física”.

Demais, não se deve ignorar o papel constitutivo da resistência no interior da dinâmica da dominação. Estas mulheres negras e pobres têm a possibilidade de verbalizar de tal modo as práticas racistas, sexistas e classistas, que o poder de dissimulação e transfiguração característico da violência simbólica encontra-se reduzido. Em contrapartida, o poder de corrosão da autoestima e da integridade psíquica desses sujeitos continua elevado. É como se houvesse um grande dispêndio de energia emocional em ter de estar todo momento “em uma trincheira de resistência” contra homens que tentam silenciá-las e vê-las reconduzidas ao seu suposto “destino biológico”. Até

mesmo no espaço de militância mista dos partidos e movimentos de esquerda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tive como objetivo compreender as representações que as três mulheres citadas tinham da violência simbólica no nó de gênero, raça e classe no cotidiano da universidade. Constatei que quando representam episódios específicos de “preconceito” tendem a associar a um tipo particular: seja o racismo, seja a dominação de classe ou o machismo. De qualquer maneira, é nítido como são sensíveis à percepção da violência simbólica. Por esta razão, não é possível separar estritamente sua resistência das representações de violência simbólica em seu cotidiano. Então, desenvolvi minha análise levando em conta que, muitas vezes, os momentos de verbalização da violência são uma forma de resistência. Porquanto, não a legitimam, mas, ao contrário, a denunciam.

Poder e resistência andam de mãos dadas, quer se tenha consciência ou não das opressões sociais. No caso das interlocutoras consideradas, o caráter sistemático de suas ações e representações militantes possibilitam um enfrentamento mais “programático” das violências de gênero, raça e classe. Mas isso não as impede de se sentirem agredidas, desrespeitadas e prejudicadas pelos estigmas perpetrados pela sua condição social subalterna enquanto mulheres negras de origem popular.

Por outro lado, como foi exposto, as condições materiais de existência estão também vinculadas às ideologias que as tornam alvo da violência simbólica. Esse vínculo pôde ser caracterizado a partir da interpretação interseccional corporificada no conceito de nó, quando revisitei o conjunto das suas representações aliadas às informações que disponho a respeito dos marcadores sociais que as acompanham em suas vivências.

Observei, dessa forma, a regularidade com que alegam os assédios morais e sexuais, entendidos aqui como fruto da violência simbólica, indissociados dos seus contextos raciais e de gênero e até mesmo de classe (com a incompreensão dos docentes relativa às dificuldades de permanência na universidade por

exemplo.), sobretudo dos professores, de companheiros de militância e dos discentes no espaço da universidade, bem como a presença em seus discursos da alegação de práticas racistas (nas dirigidas contra elas ou contra terceiros. Vemos que as ocasiões em que ocorrem, na maioria das vezes, tendem a velar e a transfigurar o fundo ideológico que as suporta.

Em outras palavras, o “racismo escrachado” apesar de comum como testemunhado em seus relatos não se encontra na mesma proporção exorbitante das formas sutis com que se inferiorizam as pessoas negras. O que provém como discutido da sintomática da “Neurose Cultural Brasileira. Poucas não foram as tentativas de enquadrá-las na hierarquia cromática tão característica do nosso sistema de classificação racial como “morenas” e outros rótulos eufemísticos como tão bem ilustrados por Andreza e Plúvia.

A violência de raça aqui referida é inseparável das formas de sexismo relatadas e, muitas vezes, do contorno da classe. Por esta razão, há a convergência de experiências de Plúvia, Gabriela, e Andreza traduzida no conceito de nó trabalhado no último tópico. Nesse sentido, penso que este trabalho reforça a importância demonstrada de articular as categorias analíticas de gênero, raça/etnia e classe na compreensão das violências compósitas que cercam as vivências específicas às mulheres negras provenientes das classes dominadas. Ative-me em Identificar, sobretudo, as convergências na reprodução das desigualdades analisadas, o que foi perseguido com sucesso, pois seus contextos sociais são parecidos.

As três são militantes feministas, que sofrem diariamente as formas de preconceito vinculadas ao gênero enquanto eixo estruturante de opressões. No entanto, quando a isto se imbricam a raça e a classe, podemos ver como um elemento se desdobra no outro. Todas elas concordam afinal que a universidade é um lugar racista, machista e desfavorável à permanência de alunos/as das camadas populares. Quanto a este ponto, constroem narrativas a respeito das suas próprias dificuldades como barreiras na aprendizagem, privações econômicas, ter escolhido um curso de menor concorrência ou ter entrado tarde no ambiente universitário. Por sua vez, a impossibilidade de apenas estudar sem trabalhar ou receber auxílios financeiros e bolsas complica ainda mais a situação.

Em suma, o que as estatísticas demonstram é encontrado nesta pesquisa: a pobreza é localizada racial e sexualmente no Brasil. E, no meio disso, as mulheres negras são as mais desvalorizadas. Ainda bem que uma nova consciência está se formando em que as contribuições do feminismo negro e dos estudos interseccionais fazem muito barulho e trazem mudanças positivas. Afinal devemos ser como dizem sujeitos políticos de nossa própria história e não “vítimas passivas” das estruturas de dominação.

REFERÊNCIAS

- BIROLI, Flávia. Gênero, classe, raça: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina, 2015. V.20,n.2.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. S.A, 1989.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2015
- CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Disponível em <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acessado em 03 de Julho de 2018.
- DA MATTA, Roberto. “O ofício do etnólogo, ou como ter “anthropological blues”, in E. O. NUNES (org.) *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça, classe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016
- FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade 1. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- _____. *Microfísica do poder*. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social*. vol.26 no.1 São Paulo Jan./June 2014.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos*. CEBRAP, 86, 2010, p.92-103.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social*. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. *Revista de antropologia*, São Paulo, USP, 1996, v. 39 nº 1.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. In: *Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos*. Disponível em <http://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/9-sur-24-por-djamila-ribeiro.pdf>. Acessado em 04 de julho de 2018.

_____. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. Diferença ou Indiferença: Gênero, Raça/Etnia, Classe Social In: ADORNO, S. A *Sociologia entre a Modernidade e a Contemporaneidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1995.

SARDENBERG, C. M. B. *A violência simbólica de gênero e a lei "antibaixaria" na Bahia*. OBSERVE: NEIM/ UFBA, 2011.

SCHWARCZ, Lilia. *Quase pretos, quase brancos*. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2007/04/01/quase-pretos-quase-brancos/>. Acessado em maio de 2018.

_____. O espetáculo da miscigenação. *Estudos avançados*. vol.8 no. 20. São Paulo Jan./Apr. 1994

SEGATO, Rita Laura. *Las estructuraselementales de la violencia*. Ensayos sobre género entre la antropología, El psicoanálisis y los derechos humanos. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOIHET, R. Violência Simbólica: saberes masculinos e representações femininas. In: *Revista de estudos Feministas*. [s.l.s.n]. UFSC.1997. p.04. Disp. em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12558/11703>. Acessado em janeiro de 2018.

ŽIŽEK, Slavoj. *Violência: seis reflexões laterais*. Tradução de Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014.